

Os nossos direitos e conquistas mais fundamentais estão ameaçados !



Atacar as convenções colectivas de trabalho (CCT) é uma bofetada na cara dos trabalhadores!

Há anos que a OGBL e a LCGB reclamam uma reforma do quadro jurídico das CCT que lhes permita aumentar o número de CCT e negociar CCT mais modernas e adaptadas às necessidades e exigências dos trabalhadores.

No entanto, o ministro do Trabalho aliou-se ao patronato para tornar insignificante as CCT pela:

- redução do conteúdo das CCT ao mínimo dos mínimos;
- possibilidade de negociar CCT mais desfavoráveis do que o que prevê o Código do Trabalho;
- possibilidade de negociar CCT sem os sindicatos.

O projecto do ministro, apresentado à Comissão Permanente do Trabalho e do Emprego (CPTE) em 8 de outubro de 2024, nada mais é do que o desbaratar dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

De facto, pôr em causa o direito dos sindicatos de negociarem e assinarem as CCT significa :

- pôr em causa todas CCT existentes;
- favorecer convenções colectivas de trabalho que não têm valor acrescentado para os trabalhadores;
- pôr em causa todos os direitos legais dos trabalhadores.

Para o ministro e para o patronato, a CCT ideal é aquela que :

- desbarata todos os direitos e conquistas legais ou extralegais dos trabalhadores que incomodam a entidade patronal;
- permite à entidade patronal chegar a um acordo com qualquer pessoa disposta a assinar uma CCT que não lhe custe nada;

É evidente que os delegados "neutros", sem o apoio de um sindicato representativo a nível nacional, não têm o poder de negociação necessário para defender e impor melhorias à entidade patronal.



Esta reforma constitui, portanto, um ataque frontal aos direitos e conquistas mais fundamentais de todos os trabalhadores do Luxemburgo!

Coloca em causa todas as conquistas sindicais dos CCT:

tabelas salariais
férias suplementares
13º mês
redução do horário de trabalho
participação nos lucros da empresa
etc.

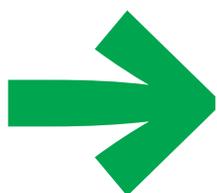
Põe em causa todos os grandes avanços sociais pelos quais os sindicatos lutaram:

a indexação automática dos salários
o salário mínimo social
os sistemas de segurança social (seguro de saúde, pensões e dependência)
as prestações familiares (abono de família, licença parental, etc.)
a semana de trabalho de 40 horas
férias legais e períodos de descanso obrigatórios
etc.

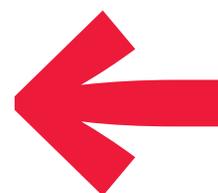
A OGBL e a  LCGB dizem

NÃO

a esta política escandalosa que visa destruir as conquistas sociais dos trabalhadores!



A OGBL e a LCGB apelam conjuntamente a todos os seus representantes do pessoal e militantes para que participem numa



Primeira acção de sensibilização e informação

3 de dezembro de 2024 | 17h00

o local será anunciado brevemente

OGBL  LCGB